



Em ritmo intenso de palestras, Hauly faz últimos ajustes ao texto da reforma tributária

O deputado **Luiz Carlos Hauly (PR)** prossegue o intenso ritmo de palestras sobre a proposta de reforma tributária. Na semana passada, foram quatro cidades visitadas. Nessa segunda-feira (23), o tucano esteve na OAB-PI, em Teresina, onde ministrou a 111ª exposição. O apoio à proposição cresce a cada dia e a expectativa do tucano é de que a matéria seja apreciada ainda neste ano.

PROJETO SUPRAPARTIDÁRIO

Relator da matéria em comissão especial da Câmara, Hauly explica que as colaborações para o aperfeiçoamento de seu relatório têm sido feitas por todos os segmentos. “Esse é um projeto suprapartidário, que pertence a todos os parlamentares, governadores, prefeitos, governo federal, empresários e, principalmente, aos trabalhadores. Serão os que mais vão ganhar com a geração de emprego e o aumento do poder aquisitivo das



Foto: Fernando Almeida

Na segunda-feira, o tucano apresentou a proposta de reengenharia tributária na OAB-Piauí, na 111ª exposição sobre o tema.

famílias menos favorecidas”, destaca.

Uma medida de grande impacto para a população é o fim dos impostos sobre alimentos e medicamentos, também previsto pelo deputado em seu parecer. “É uma proposta de inclusão

social, de modernização, simplificação e de alta tecnologia para que o Brasil volte a crescer e a prosperar”, ressaltou.

O deputado está realizando as últimas palestras sobre o tema e acertando os detalhes finais da proposta. Além das 111 exposições, já foram mais de 170 reuniões de trabalho, atendendo a maioria dos segmentos empresariais, autônomos, profissionais liberais, servidores públicos, governo, etc. Hauly já concedeu mais de 500 entrevistas sobre a proposta de reforma.

O tucano revela que tem mantido diálogo semanalmente com o governo federal e a Presidência da Câmara. As conversações com líderes de partidos, deputados, senadores, trabalhadores e empresários também seguem em ritmo intenso. “Acredito que no máximo em três semanas teremos o texto pronto para ser votado na comissão e, em sequência, no plenário”, adianta o deputado.

Macris sugere audiência com ministro da Fazenda sobre projeto que altera desoneração da folha

Foi instalada nessa terça-feira (24) comissão especial para analisar o Projeto de Lei 8456/17, do Executivo, que prevê o fim da desoneração da folha de pagamentos para a maioria dos setores atualmente beneficiados. Os deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Eduardo Cury (SP)** representam o PSDB no colegiado.

O colegiado deve realizar um trabalho que leve em conta a manutenção dos empregos e a valorização de setores que geram postos de trabalho. O objetivo é aprovar a proposta ainda neste ano.

Pelo texto, que tem praticamente o mesmo teor da Medida Provisória 774, que acabou revogada, voltam a contribuir sobre a folha as empresas do ramo de tecnologia da informação, tele atendimento (“call center”),



Foto: Alessandro Loyola

Deputado quer ouvir representantes de setores importantes para a geração de emprego e para a competitividade.

hotelaria, comércio varejista e alguns segmentos industriais, como de vestuário, calçados e automóveis.

Macris considerou acertada a decisão de discutir a proposição em forma de projeto de lei,

e não como Medida Provisória. Dessa forma, segundo ele, há mais possibilidade de discussão e aperfeiçoamento do texto.

O tucano apresentou requerimento de convite ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que assina o projeto como autor, para que justifique a necessidade do fim das desonerações para vários setores da economia.

O deputado adiantou a apresentação de convites para que representantes de alguns setores importantes para a geração de emprego e a competitividade possam ser ouvidos pelo colegiado:

setor têxtil de confecção, indústria de máquinas e equipamentos e o de carga e logística. O tucano pretende apresentar emendas para que esses setores não sejam afetados pelo projeto de lei.

Direto do Ninho

RELAÇÕES EXTERIORES: Presidida pelo PSDB, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promove duas audiências públicas na sequência nesta manhã: a primeira, pedida pela deputada **Bruna Furian (SP)**, visa discutir com o general Ajax Porto Pinheiro a situação do Haiti após a conclusão da missão das Nações Unidas de estabilização do país caribenho. Logo depois, a pedido dos deputados **Guilherme Coelho (PE)** e José Carlos Aleluia (DEM-BA), será debatido com o embaixador Ronaldo Costa Filho o andamento das negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. A primeira audiência começa às 9h no Plenário 3.

ESTÁGIO-VISITA: Os 70 estudantes que integram o Estágio-Visita nesta semana participam às 9h, no Plenário 2, de um debate com os parlamentares. Sob responsabilidade da 2ª Secretária e do Cefor, o programa busca proporcionar a universitários de todo o Brasil uma maior compreensão sobre o funcionamento da Câmara e a respeito da atuação dos parlamentares. Os jovens selecionados têm a oportunidade de participar de uma semana de palestras, debates e simulações na Casa. A deputada **Mariana Carvalho (RO)** está à frente da 2ª Secretária.

COOPERATIVA FORTE: O deputado **Nelson Padovani (PR)** destacou a inauguração, na última sexta-feira (20), de um dos maiores abatedouros da América Latina, localizado em Palotina, oeste do Paraná. Participaram do evento o presidente Michel Temer, o ministro Blairo Maggi e o governador do Paraná, Beto Richa. O parlamentar do PSDB destacou o trabalho desenvolvido pela cooperativa C.Vale, que emprega 8 mil pessoas e tem um faturamento de R\$ 7 bilhões. “Esta cooperativa orgulha não somente a mim, mas também ao Paraná e ao Brasil”, disse da tribuna.

PLANTA DE AMÔNIA: O deputado **Caio Narcio (MG)** manifestou preocupação com o leilão, pela Petrobras, do passivo da Planta de Amônia, de Uberaba. Segundo ele, esse é um projeto fundamental para o desenvolvimento do Triângulo Mineiro e do estado. Caio disse que os parlamentares estão procurando o presidente da República para expressar essa contrariedade. Em sua avaliação, a estatal poderia fazer o leilão do projeto para que haja continuidade, “e não simplesmente vender o seu passivo e levar o projeto embora”. De acordo com Caio, a continuidade dessa iniciativa foi prejudicada em virtude da má gestão e da corrupção do governo petista.

Comissão aprova medidas alternativas à prisão preventiva de militar



Foto: Alessandro Lovola

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou relatório do deputado **Rocha (AC)** à proposta do deputado Cabo Sabino (PR-CE) que altera o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei 1.002/69). O texto permite que medidas alternativas à prisão sejam aplicadas em processos contra militares.

Atualmente, as medidas cautelares (franção, proibição de viajar, suspensão de função pública, entre outras) podem ser adotadas em investigações contra civis. A regra passou a valer com a reforma feita no Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/41) em 2011, mas não foi estendida aos militares.

O objetivo do Projeto de Lei 5897/16 é ampliar esse direito aos casos de prisão preventiva de militares, ou seja, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Na avaliação do deputado do PSDB, a proposta acerta ao igualar tratamento entre civis e militares. O texto será analisado agora pela CCJ antes de ser votado pelo Plenário.



Foto: Zeca Ribeiro

Presidida pela deputada **Shéridan (RR)**, a Comissão da Mulher aprovou importantes emendas ao projeto de Lei Orçamentária de 2018. A parlamentar ressalta a indicação de R\$ 100 milhões para atender a políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres e o igual valor para construção da casa da mulher brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca. “A nossa luta é para proteger e garantir os direitos delas”, disse.

EXPEDIENTE

Coordenador de redação: Marcos Côrtes **Editora:** Elisa Tecles

Reportagem: Ana Maria Mejia, Djan Moreno e Sabrina Freire

Diagramação: Francisco Maia

Op. de áudio e vídeo: Hélio Ricardo

Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900
Brasília (DF) Telefone: (61) 3215-9351

As notas com conteúdo adicional no portal estão identificadas com ,aquelas com boletim de rádio têm o símbolo e as matérias com vídeo têm o ícone .



O portal “PSDB na Câmara” possui uma versão especial para smartphones. Para acessá-la sem ter que digitar o endereço no navegador, instale um leitor de QR Code no aparelho e use-o para fotografar a barra ao lado. Caso use um tablet, será aberta a versão completa da página.

Cumprimento de lei idealizada por Lobbe Neto depende de mais repasses em prol de bibliotecas

Presidida pelo PSDB, a Comissão de Educação realizou nessa terça-feira (24) audiência pública para debater a universalização das bibliotecas. Foi destacada a necessidade do repasse de mais recursos da União para construção e investimento em bibliotecas no país, de modo a efetivar o cumprimento da Lei 12.244/2010, originária de proposta do deputado **Lobbe Neto (SP)**. A legislação determina que todas as escolas brasileiras devem ter biblioteca com pelo menos um livro por aluno até 2020.

O 1º vice-líder do PSDB na Câmara, deputado **Pedro Cunha Lima (PB)**, esteve na Comissão de Educação e ressaltou não só a importância de construir bibliotecas, mas de estruturá-las e possibilitar o acesso a um grande acervo de livros aos estudantes.

O secretário de Coordenação Técnica da



Foto: Diogo Moreira / A2 FOTOGRAFIA

De acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas, do Ministério da Cultura, atualmente existem 7.166 bibliotecas distribuídas em 98% dos municípios do Brasil. Entretanto, há uma grande concentração nas regiões Sul e Sudeste e um baixo número em outras partes do país, o que resulta em uma proporção de 1 biblioteca para cada 31 mil habitantes.

Undime, Maurício Fernandes Pereira, defendeu maior destinação de recursos, principalmente para compra de livros e para a “ressignificação” das bibliotecas. Segundo ele, é importante reconhecer o impacto que uma biblioteca e uma política de estímulo à leitura podem ter na realidade de estudantes.

Já o presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Raimundo Martins de Lima, evidenciou que todas as pesquisas ressaltam a desorganização nas bibliotecas. Para ele, isso é resultado da falta de profissional capacitado para fazer a gestão do local, além da falta de recursos e de um projeto político-pedagógico nas escolas que valorize as funções da biblioteca.

Um assunto também em destaque foi a interrupção do Programa Nacional Biblioteca da

Escola (PNBE), parado desde 2014. O programa visava promover a cultura e o incentivo à leitura de alunos e professores com a distribuição de livros. O Presidente do Instituto pró-livro, Luís Antonio Torelli, afirma que a falta de distribuição deixa as bibliotecas carentes de um acervo moderno e atualizado. O coordenador Geral dos Programas do Livro (FNDE), Wilson Troque, afirmou que algumas ações estão sendo promovidas para suprir a falta do PNBE.

Também estiveram presentes a coordenadora-geral substituta do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), Jaqueline Ferreira dos Santo Gomes, e a coordenadora da Campanha “Eu quero a minha biblioteca”, Cristine Fontelles, que defenderam a biblioteca como um equipamento cultural, vetor de fomento à educação e ao desenvolvimento.



“Temos que focar em espaços e ambientes adequados para uma rotina de estudo, tendo como foco uma biblioteca, um lugar silencioso com bom acervo de livros.”

■ Deputado **Pedro Cunha Lima (PB)**

A segunda-secretária da Câmara, deputada **Mariana Carvalho (RO)**, leu nessa terça-feira (24) o parecer da CCJ contrário ao pedido de autorização do Supremo Tribunal Federal (SIP 2/17) para processar, por crime comum, o presidente da República, Michel Temer, e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). A votação do parecer do deputado **Bonifácio de Andrada (MG)** está marcada para hoje, a partir das 9h. Para ser aceito, o pedido de autorização precisa do apoio de pelo menos 342 deputados.



Foto: Alessandro Loyola

Adiada votação de relatório de Marcus Pestana sobre partilha de royalties da mineração



Foto: Alessandro Loyola

“Parecer foi equilibrado e justo”, avalia deputado mineiro, que ouviu dezenas de lideranças e especialistas para elaborar o texto.

Ficou para hoje, às 9h, a votação do relatório do deputado **Marcus Pestana (MG)** à Medida Provisória (MP 789/2017) que estabelece novas alíquotas para os chamados “royalties da mineração”. O debate foi encerrado nessa terça por causa do início da sessão plenária no Senado Federal.

A comissão mista discutiu o relatório durante a manhã e o relator ainda recebeu e se comprometeu a analisar 34 destaques apresentados antes da retomada dos trabalhos, às quatro da tarde. A intenção era votar o relatório e, em seguida, os destaques.

Um item polêmico é o destaque apresentado por deputados do Rio de Janeiro e do Maranhão. Eles reivindicam 20% da Compensação Financeira para Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para municípios não produtores, mas afetados pela atividade mineradora. No relatório, Marcus Pestana destina 10% do recurso para estas cidades.

A partilha dos recursos ainda divide parlamentares. O texto em análise prevê percentual de 60% para os municípios produtores. Uma parcela de 20% irá para os Estados mineiros, e os 10% restantes para órgãos da União.

Estes 10% da União serão divididos da seguinte forma: 7% para a agência reguladora; 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Ele propôs que os itens sobre partilha de recursos em que não houver acordo prévio, a decisão será tomada no voto.

Durante os debates, Marcus Pestana apresentou dados de nações grandes produtoras de minério, a exemplo da Índia, Austrália e

Chile, cujas alíquotas ainda se manterão significativamente superiores às do Brasil. O novo modelo, caso adotado, fará com que o país se aproxime das taxas praticadas pela África do Sul, hoje a segunda menor entre os grandes produtores.

Parecer que altera marco regulatório do setor será apreciado às 11h



Foto: Alessandro Loyola

A comissão mista sobre a Medida Provisória 790/17, que reduz a burocracia e estimula a atividade de exploração mineral, também adiou para quarta-feira (25) a votação do relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A deputada **Geovania de Sá (SC)** preside o colegiado.

A MP altera a Lei 6.567/1978 e o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967) em diversos pontos. A maioria deles se refere às normas

para a pesquisa no setor, como a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, a sua avaliação e à determinação do seu aproveitamento econômico. Uma das principais mudanças é a ampliação do prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos.

A reunião será às 11 horas, no plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal.